

EXTENSÃO, GRUPOS TEMÁTICOS E ESCOLA DE ESPORTES: reflexões e evidências a partir da Faculdade de Educação Física da UNICAMP ¹

Aguinaldo Gonçalves ²

RESUMO

Reconhecendo que, cada vez mais, reúnem-se evidências relativas à importância da Extensão Universitária, o autor expressa reflexões e concepções desenvolvidas a respeito na Faculdade de Educação Física da Unicamp. Tomada a situação de estudo como “laboratório” institucional, descreve e expõe à apreciação o conteúdo da seqüência de fases adotadas no processo implementado: i) conhecimento da estrutura e função do órgão de Extensão; ii) construção de proposta de mudança e respectiva estratégia de execução; iii) elaboração de instrumentos normativos e legais para a ação; v) avaliação da aplicação do modelo adotado. Ao final, aprecia alguns argumentos postos pela experiência relatada.

UNITERMOS: Escola de Esportes; Grupos Temáticos; Extensão Universitária.

ABSTRACT

I. Extensão: Reflexões e evidências

1. Introdução

As finalidades da Universidade são ensino, pesquisa e extensão. Eis aí um truísmo que se ouve com grande freqüência entre nós. Algumas vezes a ordem dos fatores citados é invertida e a frase se conclui por pesquisa, ensino e extensão. Nunca se ouve, no entanto, a menção se iniciar por este último elemento, mesmo tendo-se presente, por exemplo, a realidade do ensino em saúde, o qual, por se dar, por natureza, em hospitais universitários e centros de saúde-escola, é dos mais decididamente extensionista.

No entanto, nos últimos anos, situações novas vêm operando com muita clareza sobre os respectivos determinantes envolvidos: na esteira das fortes restrições financeiras instaladas no

¹ **NOTA DOS EDITORES** – este texto foi recebido em novembro de 1999 e aprovado para publicação em maio de 2000. Seu aproveitamento somente agora se deve aos longos períodos de interrupção da regularidade na veiculação da Revista, motivados pelas greves nas IFES. Em virtude dessa defasagem temporal, o autor foi consultado se desejava atualizar o relato, do que declinou por considerar que as questões centrais do texto ainda estão postas no debate sobre extensão universitária.

² Prof. MS6 em Saúde Coletiva e Atividade Física e (ex) Coordenador da Codesp.
Faculdade de Educação Física da UNICAMP - Caixa Postal 6134
Cidade Universitária “Zeferino Vaz” - Campinas/SP
CEP: 13083-970
Tel.: (19) 788-8594/788-7550 - Fax : (019) 289-4338

interior da universidade brasileira, as maiores parcelas dos orçamentos se destinam ao pagamento de servidores docentes e não docentes, restando muito pouco mesmo para inversões no ensino. Por via de consequência, as iniciativas inovadoras que fogem do rotineiro têm que ir buscar recursos externos: a pesquisa, nessas circunstâncias, recorre aos organismos de fomento, enquanto para tudo o mais teve-se que se redescobrir a extensão. Assim, de patinho feio ou atividade menor, passou ela a ocupar a centralidade dos debates e das agendas dos círculos acadêmicos. É na perspectiva de trazer contribuições para esse contexto que se revisitam, nesta oportunidade, componentes da experiência que temos vivido na coordenação da extensão da Faculdade de Educação Física, construída que tem sido na direção da consecução da respectiva Escola de Esportes e a partir da estratégia dos Grupos Temáticos ou Grupos Acadêmicos.

Assim se procede, reconhecendo a abrangência da Extensão Universitária em muito distintos saberes e agires, identificando a Extensão Universitária como face amplamente sensível da relação da Universidade com a Sociedade e vice-versa, considerando a experiência acumulada ao longo de anos, pelos diferentes segmentos acadêmicos, seja através do acolhimento de demandas expressadas por usuários, como também pelas propostas inovadoras que têm exercitado a respeito; percebendo as determinantes, manifestações e decorrências da conjuntura em que a Universidade Pública brasileira opera atualmente e admitindo como princípios saudáveis da administração pública, integridade, participação e equidade.

Assim posto, trata-se, forçoso é reconhecer, de missão de grande ambição intelectual e, portanto, sujeita a denodadas inadequações. Desde pronto, cumpre-me assumir a responsabilidade por todas estas, como proponente, facilitador e cronista da cotidianeidade relatada, assim como todo o reconhecimento ao sucesso aí contido é absolutamente de caráter coletivo, a creditar-se não só aos vários colegiados universitários atuantes, destacadamente a Comissão de Extensão, o Conselho Interdepartamental e a Congregação da Unidade, mas sobretudo a docentes e funcionários que perseverante e cumulativamente constróem antes, durante e após a experiência relatada, fase que aqui se expressa. De todas as maneiras, pelo imperativo da identidade da cena acadêmica, imperioso é expô-la a consideração e colher-lhe apreciações.

2. Reidentificando práticas para desenvolver políticas

Identificar práticas para desenvolver políticas em Extensão Universitária em Faculdade de Educação Física situa-se como tarefa de alto interesse, por permitir que, consoante as normas vigentes e aceitas, se possa atingir definições e realizações amplamente participadas pelos diferentes segmentos que compõe a cena acadêmica.

A questão se põe desse modo porque, contrariamente ao que certas práticas freqüentes possam apontar, Extensão Universitária não é apenas, queiramos ou não, a fase final de desenvolvimento científico e formação profissional que diz respeito a transferência tecnológica para melhorar o bem estar das pessoas e conquistar a concretude de sua cidadania. Atualmente, já se torna inegável que, ao cumprir esse perfil, envolve-se solidamente tanto com a concepção quanto na execução e aplicação da pesquisa. Vale dizer, pensá-la e exercê-la significativamente não se esgota em incluir e transcender convênios, campeonatos e financiamentos, mas se dá na apreensão de tais manifestações enquanto elementos de formulação e implementação de ação social fundamentada, aí radicando sua identidade e ofício.

E ao ser, deste modo, o braço institucional da Universidade na essência do interno com o externo, é a ela que ocorre atingir as outras instâncias do público e do privado. E, pelo exercício desta interlocução, amplia para a coletividade os avanços da academia, na mesma medida em que

traz para esta as realizações, aspirações e questionamentos daquela. Mais ainda: é dela e para ela que advém o novo.

Isto é particularmente significativo para o âmbito da Educação Física/ Esportes, porque esta, a partir da Universidade, também é a face sensível e de grande visibilidade para o novo. Sua especificidade exige que, a essas características gerais, se incorpore e se exercite a cotidianeidade da administração de eventos, parcerias e espaços desportivos. Em outros termos, a Extensão da Educação Física/ Esportes é a dimensão mais sensível da Universidade. Expressa-se inquestionável que, neste sentido, nossa área acumulou extenso acervo de realizações, na maioria bem sucedidas, cuja recuperação, consolidação e reflexão se fazem altamente reveladoras para um caminhar, que, como indicado, se entenda a partir da integridade, participação e organização.

3. A extensão da Extensão

Pensar a Extensão na relação com os demais compromissos da universidade destaca, desde logo, suas tangências com o Ensino. Algumas, de fato, insinuam-se prontamente:

- Aplicação acadêmica para a formação profissional. Nesta categoria se incluem desde os modelos clássicos de treinamento em estágio supervisionado até, mais recentemente, Disciplinas, como as existentes na FEF/UNICAMP, de Projetos de Extensão. De fato, têm se observado que boa parte de nossos alunos chega à Faculdade ávidos pela convivência e aplicação da Educação Física Escolar, das Modalidades Esportivas, da Atividade Física Adaptada e do Tempo Disponível e Lazer. No entanto estas oportunidades nem sempre lhe são acessíveis de forma sistemática, além do risco do fluxo estanque de sua grade curricular, de forma que aí surge indispensável a égide da flexibilidade identificadora da Extensão. Assumir tais fatos significa, no médio e longo prazos, comprometer a Extensão como Serviço Universitário Permanente, a um só tempo instância de aplicação de ensino, unidade básica da Faculdade de Educação Física, na dimensão que guarda a Escola de Aplicação em relação à Faculdade de Educação, o Hospital das Clínicas e Centros de Saúde/escola para o Cursos de Medicina ou a Fazenda-Experimental com a Agronomia.

- Cursos de Extensão. Modalidade de ensino organizado oferecida a profissionais graduados ou não que retornam à escola na busca de atualização, aperfeiçoamento e até especialização.

- Ensino à distância. Conjunto de recursos e procedimentos que permitem o atingimento sistemático e periódico de mensagens técnicas a pessoas fisicamente distantes do local de geração da informação. Exercitado anteriormente sobretudo pela mídia, expressa-se nos dias atuais através das amplas possibilidades informacionais.

- Cursos, congressos e eventos técnicos. O apoio a esta variada gama de encontros acadêmicos para assimilação e discussão de novas conquistas e conhecimentos se constitui em uma das mais tradicionais e concorridas atividades de extensão de nossas universidades.

- A ação integrada com a Pós-Graduação é das mais sensíveis e desafio básico a respeito é superar concepção não infrequente que considera estas duas áreas não só amplamente distintas mas até antípodas: enquanto a primeira lidaria com o trabalho aplicado e ingênuo, caberia à segunda, missão nobre e pensante da Universidade. Sem recorrer ao fato de que as dicotomias fazer-refletir, corpo-mente, físico-mental já de há muito cederam lugar ao complexo e ao complementar, especificamente há que tomar, tanto no plano conceitual quanto aplicado, os recortes e grupos temáticos como as unidades das concepções assumidas e práticas executadas: gestados numa perspectiva conjunta, trata-se de operá-los sinergicamente.

Frente à perspectiva de promoção de uma formação dos alunos de pós-graduação e da graduação, integrada pela Extensão Universitária ³, tendo por horizonte a crescente demanda da sociedade por profissionais que disponham de mentalidade reflexiva, crítica e criativa, reveste-se de suma importância atuação capaz de gerar as condições de fomento a programas onde docentes e alunos possam compartilhar experiências de cunho pedagógico e científico.

Nossa universidade tem-se mostrado profícua em estimular atividades geradoras de integração do níveis escolares secundário, superior e de pós-graduação, envolvendo docentes e alunos com ampla e concomitante dedicação ao ensino, pesquisa e atividades de extensão junto à comunidade em programas de iniciação científica (como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do CNPq/Pró-reitoria de Pesquisa, UNICAMP – PIBIC – e o Serviço de Apoio ao Estudante, da Pró-reitoria de Graduação da UNICAMP - SAE), apoio didático a disciplinas (Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa - FAEP), capacitação de doutorandos ao ensino (como o programa de Estágio de Capacitação Docente - PECD) e ao apoio ao ensino de graduação (como o Programa de Apoio ao Ensino de Graduação - PAEG).

Certamente há espaço para ampliação destes programas pela inserção ao âmbito da Extensão, acompanhada de rígidos processos de avaliação, executados em atuação conjunta por coordenadores de graduação, pós-graduação e comissões supervisoras, a exemplo das valorosas e vitoriosas experiências observadas pela forma de condução do atual PECD.

Programas dessa natureza, desenvolvidos sob orientação docente, permitem envolvimento realista dos alunos com o processo de ensino/aprendizagem, a valorização do trabalho pedagógico, a interação entre os níveis escolares e a disseminação de uma visão científica e integradora no âmbito de populações.

Sustentados por estas evidências, acredita-se que devam ser estimuladas proposições geradoras de inovações acadêmicas, voltadas para a participação efetiva de alunos de pós-graduação no ensino e pesquisa, tanto em programas já existentes, como também em novas frentes geradas por atividades como as seguintes:

- Desenvolvimento de módulos de demonstração de técnicas, conceitos e princípios para apoio pedagógico de aulas práticas com aplicação às comunidades interna e externa da Universidade;
- Estudos curriculares voltados para comparação de conteúdos ministrados na graduação e pós-graduação, privilegiando a discussão quanto aos aspectos de

³ Segmento referente à integração com a Pós-Graduação formulado pelo Prof. Dr. Roberto Vilarta, Coordenador de Pós-Graduação FEF/UNICAMP

atualização, aprofundamento, continuidade e relevância, tanto para a atuação da prática profissional, como para a realização da atividade científica, a partir de perspectivas descortinadas pela ação extensionista;

- Planejamento e desenvolvimento de *softwares* para o ensino, voltados para aplicações de conteúdos, para grupos sociais específicos, como no caso de modelagens, simulações e projeções.
- Subsídios à instrumentalização para o desenvolvimento de protótipos e projetos-pilotos de pesquisa em metodologias em ensino para aulas práticas e de laboratório didáticos.
- Estímulo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa, em programas institucionais de pós-graduação-extensão, voltadas para a produção de conhecimentos de metodologias específicas.

4. Alguns pressupostos básicos para a ação extensionista sólida

Tendo presente reflexões e evidências relatadas até aqui, é possível vislumbrar alguns pressupostos básicos que permitam tratar a ação extensionista de modo íntegro e sólido, destacadamente:

- operar, em bases coletivas e transparentes, realidade a avocar simultaneamente a identidade da agência de fomento, o rigor da produção científica e a flexibilidade da convivência da prestação de serviços;
- transcender manifestações singulares na perspectiva do finalístico. Vale dizer, aos interesses focais de pessoas ou grupos, importa exercer a realidade da Extensão na direção dos avanços institucionais;
- conviver integração com os movimentos que se dão na área, seja nos âmbitos extra ou intra-universitários; neste caso, destacadamente tanto o reordenamento da ação cultural quanto a reorganização do setor assistencial da comunidade;
- a partir de elementos documentais (para coleta de regras, determinações e regulamentos) e depoimentos (para relato de expectativas e disposição de colaboração), identificar clara e amplamente obrigações e prerrogativas da Extensão, sua conformação e constituintes para a formulação de projetos de envolvimento externo;
- priorizar organização associativa que viabilize abertura regular de ações por coletivos de professores, alunos e funcionários: a partir do prestígio que detêm no interior da respectiva comunidade profissional e da disposição pessoal em lidar com esse tipo de atuação, seus esforços vêm sendo bastante canalizados em iniciativas não institucionais; um dos desafios cardinais da

Extensão consiste em operar uma grade de oferecimento de atividades que seja periódica para o aluno, estimulante para o professor e competitiva para o mercado;

- Enfim, assumir-se perspectiva gradualista: operando simultaneamente tanto no âmbito do planejamento quanto da gestão. Em outros termos, não cabe reprimir o atendimento da execução em favor da formulação da política norteadora e nem vice-versa, consumindo-se unicamente no fazer: é exatamente pelo exercício de competência instalada na acolhida, gestão e avaliação de demandas explícitas e implícitas que se constroem os elementos mais amplos da extensão da Extensão.

II. O “laboratório” de Extensão da Faculdade de Educação Física da UNICAMP

Munida dos elementos que aqui se explicitaram, a comunidade da referida Unidade universitária tratou de defrontar os crescentes desafios e compromissos do repertório da Extensão, entendendo-se enquanto “laboratório” para exercício do novo, pelo menos em termos de sua vivência até então.

Para tanto, projetou-se inicialmente, o emprego de seqüência de procedimentos a seguir sucintamente revisitados:

- conhecimento da estrutura e funções do órgão de Extensão;
- construção de proposta de mudança;
- adoção de respectiva estratégia de execução;
- elaboração de instrumentos normativos e legais de ação;
- avaliação da aplicação do modelo escolhido.

1. Conhecimento da estrutura e funções de seu órgão de Extensão.

Dada a vocação de sua identidade, entre nós a Coordenação de Extensão surgiu da síntese institucional de outras duas pré-existentes, a Coordenação para o Desenvolvimento do Esporte Universitário e a Assessoria Técnica da Reitoria para Educação Física e Esporte (CODEU e ATREFE, respectivamente). Chama-se, na realidade, Coordenação de Eventos e Esportes, porque, até o presente, a Universidade não dispõe de estrutura de acesso à Extensão, através de Coordenações, embora conte com a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, que não se desdobra estruturalmente em suas unidades, como faz com a Graduação e Pós, as duas outras Pró-reitorias, além da de Pesquisa e Desenvolvimento Institucional.

No período desta configuração, seu campo de atuação tem envolvido, portanto, cinco setores distintos e complementares, a saber:

- As chamadas atividades ou projetos de Extensão, executados por alunos da Casa sob supervisão docente para segmentos da comunidade. Em número aproximado de vinte, pois há pequenas oscilações semestre a semestre, envolvem desde treinamento de taekwondo e capoeira até “escolinhas” de natação, futebol e basquete, passando, por exemplo, por condicionamento físico para senhoras;

- Esporte Universitário, cuja atuação consiste em facilitar e promover equipes por modalidade, como o polo aquático, voleibol feminino, futebol de salão masculino, entre outros. Tanto se viabilizam último-anistas para técnicos desses grupos, como se destinam espaços físicos para as Associações Atléticas dos diferentes cursos da Universidade (Ciências Médicas, Engenharia de Alimentos, etc).

- Apoio na realização de eventos, marcadamente os vários congressos nacionais que grupos de docentes da FEF têm promovido aos últimos anos, como Educação Física Adaptada ou Educação Motora;

- Cursos de Extensão: abertos tanto à Comunidade interna, quanto externa, incluem não só os de curta duração ministrados à noite ou em fins de semana, até os de especializações, que embora "latu senso" não são mais geridos pela Pós-Graduação (como, aliás em toda Universidade);

- Convênios dos mais diversos fins, nacionais e internacionais.

É administrada por Coordenador designado, a cada dois anos, pelo Sr. Reitor, após consulta aos pares da comunidade acadêmica, o qual coordena uma comissão de Extensão, constituída por um representante de cada departamento da Casa, um dos alunos e um dos funcionários.

2. Construção da proposta de mudança: os Grupos Temáticos.

“Um espaço de construção de conhecimento compromissado com as transformações sócio-culturais da educação física, esporte e lazer, onde o trabalho tem sido efetuado de forma eminentemente individual”. Eis a frase-síntese da visão que a FEF/UNICAMP construiu sobre si mesma em recente oficina de trabalho, realizada oficialmente com a finalidade de identificação de realidades e propostas de intervenção. Por outro lado, além dos indicadores conhecidos de sucesso de nossa prática, alguns fatos talvez não isolados, ocorridos no então último semestre, possam ser igualmente lembrados: em termos de Extensão, oito Cursos foram autorizados, mas nenhum implementado; na Graduação, para os 496 alunos regulares dos quatro cursos mantidos pela Unidade, apenas cinco disciplinas eletivas foram especificamente realizadas; na Pós, poucos dos 164 mestrandos e doutorandos atingiram fomento local para apresentações em congressos e demais eventos científicos.

Estariam associadas estas duas ordens de fatos? Em outros termos, a atuação individual teria algum nível de determinação ou conseqüência com realizações que configuram substancialmente a identidade do agir universitário, mas não se constituem em exigências institucionais diretas? Faltaria ação coletiva para avançar, a partir da forma habitual de geração e transmissão da informação acadêmica, em direção a maior visibilidade e impacto? É adequado entender a adoção do modelo de Grupos Temáticos (G.Ts.) como possibilidade de superação? Como pensar e exercer concretamente os respectivos procedimentos em direção a participação aberta e representativa? Teria ele suficientes aspectos positivos, ou até adicionais? Estas foram

questões fundamentais que se puseram à reflexão e discussão dos segmentos decisórios da FEF na sua busca da nova prática extensionista.

Em decorrência, construiu-se toda uma concepção reconhecendo os G.Ts. como unidade básica de ação. Formados a partir da adesão voluntária de alunos, docentes, funcionários e convidados, definem-se pela convergência de objetivos temáticos ou metodológicos comuns para dirigirem substantivamente as manifestações de ensino, pesquisa e extensão. Estes segmentos se convertem, em decorrência, em instâncias cujas expressões se propõem pela via dos G.Ts.

Trata-se, portanto, o G.T. de conjunto de medidas para maximizar esforços e recursos: possibilita-se, assim, no âmbito da pesquisa, o desenvolvimento de projetos mais amplos e de viabilidade mais competitiva. No ensino, circunscreveu uma área de competência específica, cujas disciplinas que lhe são afeitas passam à decisão e gestão dos docentes atuantes no seu interior. Em extensão, formulam-se atividades articuladas em torno de eixo comum que permitem atuação mais abrangente junto à sociedade do que as decorrentes das diversas disposições individuais.

Uma vez claramente definido cada G.T., a ele, ouvidos respectivamente correspondentes Departamentos e Áreas de Concentração, passa incumbir a operacionalização das Disciplinas e as proposituras para (re)credenciamento dos orientadores. No âmbito da Extensão, também a partir deles se indicam, consoante a referida característica, as pertinentes Atividades e Cursos (A .Cs.), operadas diretamente pela Coordenação ou através de convênios formalmente estabelecidos com instituições externas.

Entende-se este procedimento legal como emulação exequível aos núcleos mais operosos, a exemplo de como opera o CNPq para com a suplementação salarial de produtividade científica. Neste sentido pecuniário, restringe-se apenas que estas A .Cs. sejam auto-suficientes, a partir do financiamento pelos usuários, preferencialmente a empresas lucrativas, dada a necessidade de preservação da desejável autonomia universitária.

Outra dimensão positiva que importa destacar a respeito da integração das A .Cs. nos G.Ts. é que, por essência não se tratando de iniciativa individual, constituem apelo direto a participação de alunos da graduação e pós, articuladamente com seus pares e orientadores. Para estes, trata-se, ademais, de mecanismo concreto de fixar suas atividades, bem como de estimulá-lhes diferencialmente os mais atuantes.

De fato, reconhece-se que o modelo em questão viabiliza a realidade delineada nos seguintes horizontes:

- democratização da distribuição dos recursos;
- aprimoramento da discussão institucional sobre a relevância e coerência das propostas e projetos de ensino e pesquisa;
- integração de projetos em realização interdisciplinar;
- envolvimento de alunos de graduação e pós-graduação nas ações acadêmicas;
- facilitação do estabelecimento e consolidação de convênios interinstitucionais;
- fortalecimento de nossa área nos órgãos de fomento.

3. Adoção da respectiva estratégia de execução.

Face à óbvia complexidade das gestões que implica encaminhamento tão amplo, adotou-se a discussão inter-pares como forma básica de trabalho. Inicialmente, optou-se por esta execução de modo personalizado, dirigidamente, a partir do eixo básico do desenvolvimento de Grupos Temáticos. Alguns dos colegas consultados transcenderam o esperado e apresentaram subsídios extremamente estimulantes e informativos que, já trazendo contribuições mais sistematizadas, tornaram-se incorporadas ao processo.

Pelo fato de a questão encerrar o aspecto de política institucional, sentiu-se a necessidade de tratá-la também numa segunda rodada, agora já de natureza coletiva, no interior dos colegiados pré-existentes. Desde esta perspectiva, noticiou-se e discutiu-se a matéria, então, nos Grupos de Esportes Universitários, nas comunidades departamentais, no Conselho Interdepartamental e na própria Congregação. Ao levá-la para tais instâncias, expressou-se expectativa/convite/solicitação de que seus membros perseverassem no agir coletivo, reproduzindo-o junto a suas bases, numa terceira fase.

4. Elaboração de instrumentos normativos e legais para a ação.

O primeiro dispositivo legal que se tratou de elaborar foi o Regimento da Comissão de Extensão da Unidade, tornado documento hábil por Resolução nº 077/ 98 da Egrégia Congregação em sua 71^a reunião ordinária de 16-12-98. Aí se atribui a esse órgão toda a coordenação e supervisão geral das atividades de Extensão e sua presidência a professor doutor sufragado pela comunidade; composição e atribuições são estatuídas ao colegiado, bem como estas ao referido professor. Convênios e programas de Extensão são tratados em artigos distintos.

A seguir, operou-se à formulação da Escola de Esportes e Atividade Física como atividade central de Extensão da Casa, e ao calendário de respectiva implementação, ambos igualmente aprovados por Deliberação 019/99 da Egrégia Congregação na reunião ordinária de 28-04-99. De fato, antiga aspiração da comunidade feiana, aí foi consubstanciada em seus aspectos conceituais, constitutivos, administrativos, operacionais e de controle e avaliação, merecendo destaque, ainda que sumário, as seguintes características básicas:

- Todas as atividades-fins da Escola são constituídas por Projetos de Extensão executados por docentes, alunos e funcionários da unidade, sob responsabilidade de respectivos Grupos Temáticos;
- Os dispêndios das mesmas, ressalvadas as situações previstas, serão custeados pelos usuários em patamares nunca superiores a 80 % do valor de mercado;
- Bolsas de Extensão docentes, funcionais e discentes poderão ser instituídas por decisão dos Grupos Temáticos desde que os respectivos projetos de extensão se viabilizem auto-sustentados.

5. Avaliação da Aplicação do modelo escolhido

Característica julgada importante na implementação do modelo adotado foi a previsão, no calendário de execução, de período semestral para teste do modelo, i.e., para funcionamento experimental da Extensão sob a forma de Escola de Esportes baseada na ação dos Grupos Temáticos. De fato, considerou-se que, por melhor formulados e discutidos que tenham sido os diversos componentes do plano conceitual, sua aplicação num ensaio piloto com duração prefixada permitiria a identificação e ajustes de detalhes que apenas em situações concretas poderiam se expressar.

Em outros termos, essa foi a primeira forma concebida de avaliação: a referente a aspectos operacionais. De fato, viver o processo permitiu localizar necessidades de melhora. Exemplo expressivo a respeito refere-se aos percentuais fixos para taxas e bolsas, independentes da natureza e das peculiaridades de cada atividade: não parecem adequados, pois constatou-se que projetos mais antigos e, portanto bem conhecidos, carregam maior demanda e são provavelmente melhor auto-sustentáveis. Em outros termos, nada tão desigual quanto tratar desiguais como iguais.

Protocolos para preenchimento por usuários, docente e monitores também são pensados como instrumentos pertinentes. O controle da qualidade, a análise das pedagogias e dos conteúdos das diferentes atividades e a adequação das mesmas às pessoas e objetivos a que se destinam constitui outra missão no âmbito da apreciação inter-pares.

III. Exorcizando fantasmas e defrontando riscos.

Certos temores e objeções têm sido expressados ao longo da implantação desses procedimentos, melhor fundamentados uns, outros nem tanto. Talvez alguns sejam de interesse mais local que geral, porém são aqui mencionados em decorrência à frequência com que têm sido explicitados. Os mais recorrentes, curiosamente, dizem respeito a um detalhe apenas, porém de grande sensibilidade, pois, como alguém já disse, o bolso seria a parte mais sensível do corpo humano. Trata-se da questão financiamento-pagamento, obviamente não tão simples como apontada, pois envolve aspectos acadêmicos complexos, como a ideologia do bem público e da gratuidade e qualidade do ensino.

Embora se reconheça que Extensão é, na perspectiva do usuário, prestação de serviço e que, portanto, se profissionaliza pelo pagamento, há, realmente, o receio de que, desse modo, abra-se a porta para progressiva privatização “por dentro” da universidade brasileira – até a metáfora do artista sobre a invasão nazista se ouve: por primeiro pisam na flor; a seguir, impedem a fala para depois prender, torturar e matar!... No caso, o pagamento começaria na extensão, depois viria a pós, até que nem a graduação resistiria! Ora, essa porteira já foi escancarada quando se iniciaram os grandes convênios com instituições privadas. Nem por isso, no entanto, se chegou à extinção do ensino público, gratuito e de boa qualidade. E as ponderações nessas oportunidades vieram dos docentes mais mobilizados e mobilizadores, geralmente da Extensão!

Outro aspecto envolvido na mesma questão – a financeira – é boa reserva, com certa tonalidade moralizante, quanto à outra face do problema: se o pagamento envolve riscos, o recebimento também é questionável, argumentam aqui alguns segmentos. Trata-se de forma individual de driblar os maus salários universitários, quebrando a isonomia, no caso dos docentes, na medida em que haveria profissionais com mesmas qualificações acadêmicas e diferentes ingressos. Já quanto aos alunos, percebe-se recriminação implícita: estudar de graça seria

aceitável, mas ganhar por isso já é exagerado. É a mesma questão do ensino gratuito, só que a perspectiva é: gratuito só ensino.

Vários elementos são postos diante de tais colocações: quanto à última mencionada, sustenta-se que, mesmo se tratando de componente de sua formação, o trabalho supervisionado é prestação de serviço por parte do discente. O pagamento torna o usuário mais exigente e questionador, o que constitui mais um componente desejável nos treinamentos do aluno.

Nessa linha de mostrar que o trabalho acadêmico não é modalidade de messianismo e também que não há nada de errado em procurar melhores salários, desde que através de procedimentos éticos, democráticos e legais, fato que se destaca é que desenvolvendo atividades de Extensão, os docentes permanecem mais integrada e presencialmente ligados à Universidade, contribuindo, inclusive, para que se evadam menos em direção à iniciativa lucrativa extra-universitária, esta sim arriscada em termos de conciliação com a prática acadêmica, como empresas, consultórios e até mesmo escolas privadas.

Enfim, o que preocupa a alguns é a preservação da gratuidade da extensão para executores e usuários. Cabe observar, então, que as bolsas foram concebidas em valores até o salário do MS2 em RTC (docente com mestrado contratado em regime de trabalho de 24 horas semanais), e a cobrança pelo serviço em até 80 % do preço de mercado, ou seja, preserva-se a docentes, alunos e funcionários o direito de não cobrarem se não quiserem. Para os usuários, foram previstas bolsas de 50 % para qualquer pessoa que simplesmente pertença à comunidade universitária, bem como àqueles em que dois ou mais membros da família estejam participantes de apenas uma das mais de vinte atividades oferecidas.

Finalmente, outro argumento de aparente implicação ética é a cobrança em atividades voltadas para a pesquisa e/ou dedicadas a crianças. Muitas apreciações podem ser exaradas a respeito: no entanto, a atitude pragmática mais defensável foi estabelecer que projetos com tais características seja tratados de acordo com a legislação existente sobre ética da pesquisa em seres vivos, no território brasileiro, deliberada pelo Conselho Nacional de Saúde em sua resolução 196 de 1996: completa, vai desde o assentimento informado, por escrito, de cada participante, até a manifestação obrigatória do Comitê de Ética em Pesquisa a que cada instituição em particular está jurisdicionada, formado por mais de sete membros, profissionais da área de saúde, das ciências exatas, sociais e humanas.

IV. Algum tempo depois...

Curta observação sistemática da experiência travada na Escola vem confirmando alguns fatos. Acidentais ou tendenciais, são interessantes e parcialmente mencionados a seguir:

- Não se mexe na escalação de time que está ganhando: as atividades oferecidas e desenvolvidas neste período têm se expressado, em termos de formação para nossos alunos, mais complementares que nucleares. Vale dizer, se efetivaram mais fortemente no novo formato a Dança do Ventre e Condicionamento Aeróbico, por exemplo, do que propriamente modalidades como Voleibol ou Futebol, ou até mesmo as já referidas Disciplinas do Estágio Supervisionado.

- Ainda se faz o todo pela soma das partes. Os projetos específicos ainda são muito mais vigorosos que os grupos. Ações mais coletivas como divulgação ou orçamento de todas as atividades oferecidas no interior dos GTs não ocorrem: as preocupações e ações continuam, ainda neste começo, a dizer mais respeito ao meu e ao seu, do que ao nosso.
- Mudanças que não mudam muito. A contenção, durante muitos anos, de trabalho remunerado nas atividades de Extensão fazia prever a possibilidade de espectro muito grande de projetos absorvidos pela comunidade e gratificando seus executores com bolsas acadêmicas na perspectiva de pagamento por serviço universitário prestado. Isto, de fato, ocorreu apenas com as atividades mais antigas, não se registrando mesmos patamares de demanda pelas novas, o que permitiu a existência de pequeno número de projetos auto-sustentáveis com bolsas docentes.